

APROVADO EM ZINICO DISCUSSÃO POR: 2nanimidade PLENÁRIO: 21 / 11 / 2018

1º Secretario

Ata da 15ª Sessão Ordinária, do segundo período, realizada no dia 14 de novembro do ano de dois mil e dezoito (2018), no plenário da Câmara Municipal de Mojuí dos Campos-Estado do Pará. Aos quatorze dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, no plenário da Câmara Municipal de Mojuí dos Campos, realizou-se a décima quinta Sessão Ordinária do 2º período da Câmara Municipal. O Presidente Marco Antônio Machado Lima, deu início a Sessão Ordinária implorando a proteção de Deus e com os preceitos voltados para o destino da pátria, e anunciou o Pequeno Expediente com tempo de vinte (20) minutos, sessenta (60) minutos para o Grande Expediente, e quarenta (40) minutos para a Ordem do Dia. Estando presentes os Vereadores: Presidente Marco Antônio Machado Lima/PSDB, Vice-Presidente Antônia Suely da Silva Araújo/DEM,1º Secretário Jesanias da Silva Pessoa/PSC, 2º Secretário Roberto Oliveira de Sousa/PSDB, Antônio Arnaldo Oliveira de Lima/PSC, Jamilson Dias Frota/PODEMOS, Everaldo Camilo/MDB, Antônio Welliton Sena da Silva/PSDB, Izailton de Sousa/PSDB. Dando prosseguimento a Sessão Ordinária, o pequeno expediente iniciou-se com a leitura da ata da sessão anterior que foi aprovada por, unanimidade. Na sequência iniciou-se o tempo de bancada, iniciou com vereador Izailton de Sousa, desejando boas vindas aos presentes na plenária. Na tribuna comenta que o hospital municipal de Mojuí dos campos, até o presente momento não foi concluído e que os vereadores, executivo se empenharam ao máximo para que o mesmo já tivesse sido concluído, porém o governo do estado não teve coerência em cumprir com sua responsabilidade. No momento o vereador Everaldo Camilo, solicita a palavra dizendo que é lamentável que o governo do estado não tenha concluído a obra do hospital do município, e disse que a população é quem sofrerá as consequências, pois não há nenhum recurso em caixa para a conclusão do hospital, e que provavelmente o novo governador é quem deverá concluir a referida obra. Retomando com seu tempo, o vereador Izailton diz que os vereadores foram eleitos para representar e cobrar as demandas da população, e disse ainda que o município ira precisar de convênios para manter o hospital. Outra questão levantada pelo vereador e com relação aos assentamentos existentes no município, pois o Governo Federal mantém os mesmos somente para mera estatística , sendo que a manutenção desses assentamentos é de competência do Incra, porém o executivo é quem está dando assistência aos mesmos, e frisou que

Boy Hul





população da veio atrasar vida Bom SÓ Sucesso assentamentos. Novamnete o vereador Everaldo dá sua contribuição para mencionar que na época do presidente lula, o mesmo não soube administrar os recursos destinados ao país, e que os recursos que vinham eram devidos a falsos dados estatísticos, e frisa que o Governo Federal não compre com seus deveres em relação aos assentamentos e por conta disso nenhum assentamento chegou a ser consolidado. Assumindo novamente seu tempo, o vereador Izailton diz que está à disposição para a eleição da nova mesa diretora da câmara para o biênio 2019/2020 e falou que na volta do recesso parlamentar se fará cumprir artigo por artigo da lei maior do município. Adiante o presidente Marco Antônio Machado Lima, se manifestou para dar um esclarecimento sobre o hospital municipal, dizendo que o problema é com relação a empresa que ganhou a licitação, pois a mesma não tem mais recurso para executar a obra, sendo que havia o recurso por parte do governo do estado. Em seguida, o tempo de liderança iniciou-se com o vereador Jesanias da Silva Pessoa, cumprimentando os vereadores e a população presente no plenário. Em seu pronunciamento diz que no governo do sr. Helder Barbalho, a obra do hospital provavelmente será dada continuidade. Seguindo disse que esteve na comunidade de São Xavier, onde os moradores solicitaram um carro de apoio ou uma ambulância para atender o posto de saúde da referida comunidade, e na ocasião também visitou a comunidade de Santa Terezinha ,onde os comunitários reivindicam a presença de um jerico para atender na agricultura familiar, e disse também que enviou ofício ao Secretário de Educação solicitando informações acerca do pagamento dos transportes fluvial, que conduzem os alunos na zona rural. Na sequencia a vereadora Antônia Suely da Silva Araújo, faz uso de seu tempo com os cumprimentos de praxe. Na tribuna diz que os assentamentos criados no município, foram apenas politicagem, onde as informações repassadas ao Governo Federal foram dados fictícios e que o município teve prejuízo com relação aos mesmos, e que o Incra não tem responsabilidade com os assentamentos e por conta disso a nobre vereadora acredita que com o novo presidente do país, os Incras serão mais atuantes. Adiante fala do projeto dos sumidouros ecológicos, onde o secretario de meio ambiente Yago Estouco e o prefeito se solidarizaram em implantar o mesmo no município e por esta razão a mesma já fez um levantamento dos materiais

Some &

A

2



necessários para a construção dos sumidouros que trará muitos benefícios à população. E finaliza seu tempo, dizendo que o governo Hélder ira concluir a obra do hospital do município e comenta sobre os estados que estão inadimplentes e sua preocupação em especial com o estado do Pará e que o novo presidente irá fazer o diferencial. Seguindo, o vereador Jamilson Dias Frota inicia seu tempo, cumprimentado a todos presentes na sessão. Em seu pronunciamento na tribuna, cobra do executivo a execução das demandas da população, pois a comunidade de Vai Quem Quer está solicitando a vários dias o conserto da caixa d'água, como também iluminação pública, estradas, enfim que o executivo tome as devidas providências urgente, sendo que a população está sendo prejudicada, e pede que após a sessão os vereadores possam se reunir com os comunitários da referida comunidade presente na sessão. E para finalizar diz que o projeto dos assentamentos criados no município, foram para agradar a mídia e as representações internacionais e nacionais, pois não concedeu se quer títulos de terra, porém na reta final do governo do então presidente Michel Temer, foram concedidos alguns títulos de terra aos assentados. A seguir, foi passada a Ordem do Dia com a leitura das Indicação nº102/2018 de iniciativa do vereador Izailton de Sousa, nº103/2018 de iniciativa do vereador Jesanias da Silva Pessoa. Depois foi lida e aprovada, por unânime a Moção de Apoio nº 003/2018 ao Movimento Fora Celpa no estado do Pará, de iniciativa do vereador Roberto Oliveira de Sousa. Adiante foi lido o parecer jurídico ao Projeto de Lei Complementar nº003/2018 Dispõe Sobre a Taxa de Fiscalização de Estabelecimento(TFE) e dá Outras Providencias, de iniciativa do Prefeito Municipal, porém quanto a classificação, o projeto está inadequado, razão pela qual manifesta-se no sentido do projeto ser convertido de Projeto de Lei Complementar para Projeto de Lei. Assim, o projeto se faz necessário constar emenda modificativa para dá nova redação ao art. 14 com o seguinte teor: art.14. A taxa terá um valor fixo, que será definido em função da atividade exercida e da área edificada do estabelecimento, na forma dos anexos I e II desta lei observada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas-CNAE. Foi apresentada também outra emenda modificativa para alterar os anexos I e II, com a seguinte alteração: onde se lê "Valor Por Metro Quadrado" leia-se "Valor Fixo por Área Edificada". Que foi colocado em discussão e votação, e foi aprovado por

De Val

Z

\$



unanimidade, o referido parecer. Logo depois foram lidos os Pareceres das Comissões de Finanças e Orçamento e Legislação, Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei Complementar nº003/2018 de iniciativa do Prefeito Municipal. Entretanto a comissão apresenta emenda modificativa convertendo o Projeto de Lei Complementar nº 003/2018 Dispõe Sobre a Taxa de Fiscalização de Estabelecimento(TFE) e dá Outras Providências, de iniciativa do prefeito municipal para Projeto de Lei nº 013/2018, sendo que o projeto reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa. No mais a comissão acompanha na íntegra o parecer jurídico, quanto as alterações feitas no referido projeto. Que foi colocado em discussão e votação, os referidos Pareceres foram aprovados por unânimes. A seguir, foi submetido a discussão e votação o Projeto de Lei nº 013/2018 Dispõe Sobre a Taxa de Fiscalização de Estabelecimento(TFE) e dá Outras Providências, de iniciativa do prefeito municipal, que foi colocado em primeira e segunda discussão e votação, artigo por artigo, o mesmo foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente concedeu 3 minutos de considerações finais a cada vereador, após as considerações, o presidente declarou a sessão encerrada. E para constar, foi lavrada a presente Ata, que depois de lida, discutida e aprovada, será assinada por quem de direito.

Service